



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

Ata do Conselho Municipal de Educação

Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e catorze, pelas quinze horas, reuniu a Assembleia do Conselho Municipal de Educação de Oliveira do Hospital, no Salão Nobre dos Paços do Município, sendo presidida pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, para dar cumprimento à seguinte ordem de trabalhos:

Ordem do Dia:

1. Aprovação da Ata da última reunião;
2. Informações;
3. Análise do início do ano letivo:
 - a. Rede Escolar
 - b. Transportes Escolares;
 - c. Ação Social Escolar;
4. Proposta de atividades e de políticas de educação;
5. Projeto Educativo Local:
 - a. Ponto de Situação;
 - b. Criação de uma Comissão para acompanhamento do PEL;
6. Outros assuntos.

Aberta a sessão, o Sr. Presidente da Câmara Municipal deu as boas vindas a todos e agradeceu a disponibilidade dos elementos do Conselho Municipal da Educação que se encontravam presentes: o representante da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares – Direção dos Serviços Região Centro, Dr. Rigoberto Correia; o Presidente da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital, Arquiteto Carlos Veiga; o representante dos docentes do Ensino Básico Público, Prof. Artur Abreu; a Presidente da Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital, Dra. Ana Álvaro; a representante das IPSS's que desenvolvem atividades na área da educação, Dra. Isabel Almeida; a representante da Saúde Escolar do Agrupamento de Centros de Saúde do Pinhal Interior Norte 1, Dra. Maria Madeira; a representante do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Coimbra, Dra.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

Ana Peres; o representante do Destacamento Territorial de Lousã, Sr. Paulo Costa.

Para este Conselho Municipal de Educação foi convidado o Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital que esteve representado pelo Prof. Carlos Carvalheira e a UCCP – Unidade de Cuidados da Comunidade do Pinheiro dos Abraços, Enfermeira Maria Correia.

Informou ainda que a representante dos docentes da educação pré-escolar pública, Educadora Adelaide Pires, não pôde estar presente tendo justificado a sua falta.

Para dar cumprimento à ordem de trabalhos o Sr. Presidente da Câmara Municipal deu a palavra à Sra. Vereadora da Educação que passou ao ponto um da ordem de trabalhos – Aprovação da ata da última reunião – tendo tomado a palavra o Dr. Rigoberto Correia para sugerir que fossem alteradas duas situações (na página dez e página vinte) relativas às suas intervenções, tendo as mesmas, sido de imediato anotadas para proceder à sua correção. Como não houve mais observações acerca da ata, a Sra. Vereadora da Educação, colocou à votação a ata da última reunião, tendo sido aprovada por unanimidade.

Seguidamente, passou-se ao ponto dois – Informações – onde a Sra. Vereadora da Educação começou por propor que as próximas reuniões ficassem agendadas, pelo que, apresentou uma proposta de calendarização que se anexa e fica a fazer integrante desta ata (anexo I) tendo pedido que todos os presentes se pronunciassem acerca da mesma.

Relativamente à proposta apresentada interveio a Dra. Ana Peres para informar que às quintas-feiras se realiza a reunião da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Oliveira do Hospital, Órgão do qual faz parte e, sugeriu que caso fosse possível, o dia das reuniões fosse alterado.

Em seguida a Dra. Guiomar Sarmento solicitou que as reuniões não fossem agendadas para as sextas-feiras porque é o dia da semana em que tem junta médica de incapacidade em Vila Nova de Poiares.

Seguidamente, tomou a palavra o Prof. Artur Abreu que começou por dizer que, independentemente do dia da semana em que venha a ser agendada a reunião as duas primeiras (seis de janeiro e dois de abril) são, na sua opinião, muito cedo tendo em atenção que um dos pontos é a análise de cada período do ano letivo e nessas datas o Agrupamento de Escolas ainda não tem o balanço que se faz em Conselho Pedagógico.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

Em seguida, o Prof. Carlos Carvalheira pediu a palavra para reforçar que efetivamente seis de janeiro será muito cedo, pois só na terceira semana é que o Agrupamento de Escolas terá o seu balanço finalizado. Propôs ainda que o horário das reuniões fosse alterado para mais tarde porque no atual horário muitos professores estão a lecionar e não poderão estar presentes. Relativamente a esta proposta tomou a palavra o Arquiteto Carlos Veiga para dizer que relativamente à alteração da hora de início da reunião não vê qualquer inconveniente, no entanto, deveria ser estabelecida uma hora limite para o seu *terminus*.

Posto isto, a Sra. Vereadora da Educação propôs então que se alterasse as reuniões para as quartas-feiras, pelas dezasseis horas, tendo os presentes concordado com a proposta.

Dando seguimento ao ponto dois, a Sra. Vereadora da Educação, deu conhecimento de duas tomadas de posição relativamente à falta de recursos no que diz respeito a um conjunto de técnicos que fazem falta aos alunos com necessidades educativas especiais.

Começou por ler a moção apresentada pela APAS – Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital que se anexa e fica a fazer parte integrante desta ata (anexo II).

Esclareceu que a referida moção foi assinada por vários encarregados de educação e que foi enviada, por ofício, ao Ministério de Educação, à DGESTE e foi apresentada pela presidente da APAS em reunião de Câmara Municipal.

Informou que na referida reunião de Câmara Municipal tomou conhecimento que iria haver mais um horário para um docente do ensino especial.

Para falar acerca deste assunto tomou a palavra o diretor do Agrupamento de Escolas, o Prof. Carlos Carvalheira, que começou por dizer que já tinha conhecimento da moção apresentada pela APAS e que também o Agrupamento de Escolas está preocupado com esta situação.

Acrescentou que, entretanto teve conhecimento, por parte da DGESTE, que há a possibilidade de se equacionar a vinda de mais um docente para a educação especial.

O Dr. Rigoberto Correia tomou a palavra para informar que, de facto, já está aprovado a vinda de mais um docente de ensino especial para o Agrupamento de Escolas



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

de Oliveira do Hospital.

Retomando a palavra, o Prof. Carlos Carvalheira, informou que o Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital, tem sinalizados cento e cinquenta e oito alunos com necessidades educativas especiais, sendo que, vinte e oito são alunos com currículo individual.

Esclareceu que já anteriormente o Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital tinha manifestado esta dificuldade à DGESTE.

Acrescentou que com a vinda de mais um docente, o Agrupamento de Escolas, passará a ter onze docentes e meio quando deveria ter treze docentes.

Terminou dizendo que apesar de ainda não estarem satisfeitos, a vinda de mais um docente, vai satisfazer minimamente as necessidades.

Seguidamente, tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal que começou por dar os parabéns à presidente da APAS, a Dra. Ana Álvaro, pelo seu trabalho na defesa dos interesses dos alunos e pela moção que apresentou.

Disse que há realidades que uma pessoa desconhece e acrescentou que quando se tem legitimidade para reivindicar as coisas devemos fazê-lo para bem dos alunos.

Mencionou que, na sua opinião, houve uma falha grande, por parte do Ministério da Educação, que é o problema da falta de psicólogos para apoiar os alunos com necessidades educativas especiais no Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital.

Acrescentou que, por parte do Município de Oliveira do Hospital, já houve discussões acerca deste assunto e que nem sempre estas foram pacíficas.

Afirmou que, tanto o Sr. Presidente da Câmara Municipal como o seu executivo, foram contra a construção do Mega-Agrupamento no concelho de Oliveira do Hospital e que esta opção foi um disparate.

Disse que, neste momento, é a realidade do concelho, pelo que, não se poderá fugir dela. Acrescentou que não valerá a pena andar a ajustar contas com o passado esquecendo o problema dos alunos.

Deu conhecimento que em reunião de Assembleia Municipal e em reunião de Câmara Municipal tomou a posição de que esta é a realidade que hoje se tem e que no presente a sua preocupação são as condições de aprendizagem que os alunos têm.

Clarificou que tem confiança no diretor do Agrupamento de Escolas de Oliveira do



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

Hospital pela sua experiência profissional.

Acrescentou, que cada vez mais, os governos se desresponsabilizam e, cada vez menos, as Câmaras Municipais dispõem de meios e que assumem responsabilidades que não lhes competem, como foi o caso do Município de Oliveira do Hospital que levou a efeito o projeto Escola + Feliz para tentar suprir uma lacuna que existia ao nível dos alunos com necessidades educativas especiais.

Salientou que deve ser um trabalho conjunto entre o Agrupamento de Escolas, o Sr. Presidente da Câmara Municipal e a Sra. Vereadora da Educação para se constituir uma equipa multidisciplinar e que se devem aproveitar alguns psicólogos e, até, fazer um protocolo com a Faculdade de Psicologia de Coimbra para termos alguns recursos humanos que nos ajudem na missão difícil em relação ao número elevado de alunos com necessidades educativas especiais.

Reforçou a disponibilidade do Município de Oliveira do Hospital em trabalhar em conjunto em prol dos alunos e da sua qualidade de ensino. Afirmou que esta é a sua opção política pois prefere ajudar os alunos que apresentam mais dificuldades de aprendizagem do que fazer uma calçada, e será este o seu compromisso.

Por fim, acrescentou que a equipa multidisciplinar deve ser criada, mas que também deve ser negociada com a direção do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital.

Seguidamente, tomou a palavra o Prof. Carlos Carvalheira, que reconheceu a importância da disponibilidade por parte do Município de Oliveira do Hospital e aproveitou para dar conhecimento que tem havido uma forte parceria entre as duas instituições na resolução dos problemas da educação dos alunos.

Acrescentou que devem continuar a caminhar juntos, pois só assim será possível construir a melhor educação para o Concelho.

Relativamente à psicóloga que era um dos assuntos abordados na moção apresentada pelas APAS deu conhecimento que, neste momento, existe apenas uma psicóloga para dois mil seiscentos e sessenta e oito alunos.

Continuou, dizendo que seria bom que “paralelamente” houvesse no projeto que espera que venha a ser rapidamente concretizado pela Câmara Municipal, mais uma terapeuta da fala e outros técnicos que possam ajudar os alunos com necessidades



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

educativas especiais.

A este propósito informou que o Agrupamento de Escolas vai fazer um esforço muito grande no sentido de criar um centro de multideficiência em conjunto com a ARCIAL.

Deu conhecimento que, brevemente, as duas instituições vão fazer uma candidatura para ir de encontro a todas as situações de carência que existem a nível da educação especial.

Agradeceu a disponibilidade do Município de Oliveira do Hospital no sentido de ajudar o Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital nesta situação.

Clarificou que a escola tem uma filosofia de escola aberta e escola com interligação com todos os intervenientes da educação.

Em seguida, tomou a palavra a Dra. Guiomar Sarmento para dizer que se congratula com a criação do centro de multideficiência porque tem conhecimento de crianças do concelho de Oliveira do Hospital que estão a frequentar escolas em Seia por não existir esta oferta no Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital.

O Prof. Carlos Carvalheira, acrescentou que ano transato tinha sido um ano atípico que não foi fácil, mas que no presente as coisas já estão mais normalizadas e já dispõem de tempo para projectarem o que é que pretendem para o futuro e que vão tentar levar a cabo todos os projetos que prevêem.

A seguir o Sr. Presidente da Câmara Municipal perguntou à Dra. Ana Álvaro se queria dizer alguma coisa acerca deste assunto, tendo a mesma, dito que continua a achar que em termos de professores de ensino especial continuam a ser poucos.

Explicou que antes da criação do Mega-Agrupamento havia dezasseis professores para acompanhamento dos cerca de cem alunos que estavam sinalizados com NEE – Necessidades Educativas Especiais e que, no presente, irão ter onze docentes e meio para cento e cinquenta e oito alunos, isto é, diminuiu o número de docentes e aumentou o número de alunos.

Relativamente aos psicólogos referiu que se continua a ter o mesmo problema que existe com os docentes do ensino especial: o número de alunos é superior e o número de docentes é menor. Esclareceu que antes do Mega-Agrupamento havia três horários e meio, depois da sua criação passaram a ter apenas um psicólogo para o mesmo universo



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

de alunos.

Acrescentou que, na sua opinião, se encontram aquém do que seria desejável porque é impossível uma psicóloga acompanhar um universo de alunos tão grande.

Reconheceu que ter mais um docente não é suficiente mas que já é alguma coisa e garantiu que, para o próximo ano, a APAS irá continuar a lutar para irem melhorando.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal informou que na conversa que estabeleceu acerca deste assunto, com a Sra. Diretora Regional de Educação do Centro, percebeu que a nível de psicólogos não haverá possibilidade de aumentar.

Tomou a palavra o Dr. Rigoberto Correia para informar que a nível de psicólogos, só será possível da forma como o diretor do Agrupamento de Escolas anunciou que é fazer uma parceria com a ARCIAL

Mais informou que, desde o ano letivo anterior, que estes recursos (psicólogos) estão integrados nos CRIS – Centros de Recursos para a Inclusão.

Esclareceu que o Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital não está englobado em nenhum CRI, mas com a parceria com a ARCIAL irá passar a estar e vai conseguir ultrapassar este problema.

Em seguida, a Dra. Ana Álvaro referiu que da experiência da APAS e do conjunto de reuniões que tem tido com os representantes dos pais dos alunos do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital, há uma coisa que pensa ser fundamental e na qual o Conselho Municipal de Educação deverá pensar futuramente que é: a educação de pais.

Deu conhecimento de que é frequente chegarem pais à escola a pedir ajuda para educar os filhos.

Dando continuidade à ordem de trabalhos, a Sra. Vereadora da Educação, deu conhecimento da tomada de posição da CPCJ relativamente ao Projeto Escola + Feliz, documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata (anexo III).

Para terminar o ponto dois da ordem de trabalhos, a Sra. Vereadora da Educação, deu a conhecer as medidas/atividades que o Município de Oliveira do Hospital tem levado a efeito e que estão direccionadas para os jovens em idade escolar (anexo IV).

No ponto três da ordem de trabalhos – Análise do início do ano letivo – a Sra. Vereadora da Educação, apresentou as informações acerca da Rede Escolar, Transportes Escolares e Ação Social Escolar através de uma apresentação em *power*



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

point, que se anexa e fica a fazer parte integrante desta ata (anexo V).

De salientar que na alínea c. da ordem de trabalhos – Ação Social Escolar, a Sra. Vereadora da Educação, aproveitou para agradecer às IPSS's a prontidão com que tentam resolver qualquer problema que surja a nível da alimentação e pela qualidade do serviço que prestam.

Solicitou à Dra. Isabel Almeida que na próxima reunião que tenha com as IPSS's transmita o agradecimento feito pela Sra. Vereadora da Educação.

Relativamente aos apoios que o Município de Oliveira do Hospital atribui a nível de refeições, transportes escolares e bolsas de estudo o Sr. Presidente da Câmara Municipal interveio começando por afirmar que as Câmaras Municipais, hoje, não têm os mesmos meios financeiros que disponham no passado e que cada vez mais os cortes, por parte do Governo, são maiores.

Assegurou, que não faz oposição a nenhum Governo, aquilo que faz é defender intransigentemente aquilo que acha que o seu concelho deve e precisa ter.

Acrescentou, que a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, como todas as Câmaras Municipais do País, tem dificuldades por duas razões muito simples: as receitas têm caído e as transferências do Estado têm vindo a decrescer.

Continuou, dizendo que o Estado para poupar e apresentar um conjunto de contas desresponsabiliza-se em relação a determinados assuntos como, por exemplo, na área social deixando para as Câmaras Municipais a resolução dos problemas.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal afirmou que esta atitude por parte do Governo obriga a Câmara Municipal a repensar em termos de opções e estratégias políticas.

Reforçou, que para as bolsas de estudo ao ensino superior estão cabimentados cinquenta mil euros em orçamento municipal porque é fundamental apoiar as famílias e os jovens que apresentam dificuldades económicas e que sem este apoio não tinham condições para suportar as suas matrículas no ensino superior.

Realçou que, como todos sabem, os presidentes das juntas de freguesia o que querem é obra física nas suas localidades, no entanto, é seu entendimento que esta “obra” que é humana é tão importante ou mais que a execução de uma calçada.

Ressalvou que também é por causa dos cortes por parte do Governo que a



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

Câmara Municipal é obrigada a fazer cortes, dando como exemplo, a medida que teve de se tomar relativamente aos transportes escolares aquando da preparação do presente ano letivo que foi não atribuir gratuitamente transporte aos alunos que saiam das suas escolas de residência.

Relativamente a essa medida, esclareceu que os alunos que estavam fora da área de residência mas que ainda não tinham terminado o ciclo de ensino continuariam a ter transporte gratuito até terminar o seu ciclo de ensino, tal como, situações de alunos transferidos por motivos de comportamento ou por solicitação da CPCJ ou por situações de comprovada carência económica.

Seguidamente, o Arquiteto Carlos Veiga pediu a palavra para intervir porque teria de se ausentar para estar presente na Assembleia-Geral da ESTGOH.

Começou a sua intervenção afirmando que não haveria ensino superior em Oliveira do Hospital se não existisse a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital.

Clarificou que ao apoio dos cinquenta mil euros para bolsas de estudo ao ensino superior, soma-se o apoio que a Câmara Municipal atribui para as instalações, soma-se, no ano anterior, os cinquenta mil euros disponíveis para o orçamento participativo jovem do qual a associação de estudantes foi vencedora e que permitiu a reformulação do refeitório, etc.

Informou que esteve a ler a ata da reunião anterior e que gostaria de dizer que quando se fala de insucesso fala-se dos pais. Afirmou que quem trabalha na área da educação sabe que o nível de escolaridade dos pais é um dos parâmetros mais influentes no sucesso dos filhos.

Deu conhecimento que Oliveira do Hospital tem o melhor indicador dos municípios da região em termos de ensino superior da população mas que está abaixo do nível médio do País.

Reconheceu que o investimento que o Município de Oliveira do Hospital faz na ação social é a condição necessária, pois este Orçamento segura a Escola e ao segurar a escola assegura outro conjunto de situações.

Aproveitou para agradecer o facto do Município de Oliveira do Hospital ter aprovado uma moção pela inclusão da ESTGOH no Programa + Superior, programa do qual o concelho de Oliveira do Hospital foi excluído.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

Para terminar, mencionou que no futuro terá de falar com a APAS porque a partir do próximo ano haverá alternativas para os alunos que não concluíam o décimo segundo ano de escolaridade e que há um trabalho que terá de ser feito com o Agrupamento de Escolas de Escolas de Oliveira do Hospital, em particular com o ensino secundário e junto dos pais que é perceber que o mais importante é concluir o décimo primeiro ano de escolaridade para conseguir ter formação profissional do que concluir o décimo segundo ano de escolaridade.

Esclareceu, ainda que aqueles alunos que têm o décimo primeiro ano de escolaridade completo e, por qualquer razão, não concluíram o décimo ano de escolaridade, o ensino superior terá uma oferta formativa de dois anos que lhes permitirá, no final, ingressarem numa licenciatura.

No que diz respeito ao Programa + Superior, o Sr. Presidente da Câmara Municipal, afirmou que parece inacreditável que esta medida tenha abrangido um conjunto de municípios e não tenha incluído o Município de Oliveira do Hospital, na medida em que o Programa é direccionado para as escolas do Interior.

Deu conhecimento de que há escolas do litoral que foram abrangidas pelo Programa + Superior.

Informou que esteve com a Sra. Vereadora da Educação em Lisboa, na Secretaria de Estado do Ensino Superior numa reunião por causa da não inclusão de Oliveira do Hospital no referido Programa.

Explanou que falou acerca deste assunto com a presidente da CCDRC e que esta não só lhe deu razão e logo se disponibilizou em enviar um ofício para a Secretaria de Estado do Ensino Superior a dizer que Oliveira do Hospital teria de ser integrada no Programa + Superior devido às suas especificidades e que, até esta data, aquela entidade não tinha obtido qualquer resposta ao referido ofício.

Seguidamente, tomou a palavra o Prof. Carlos Carvalheira que abordando ainda a questão dos transportes escolares informou que quando o Mega-Agrupamento foi criado houve, por parte de alguns encarregados de educação das escolas da periferia, um entendimento que os ex-agrupamentos iriam ficar ao abandono e que a qualidade de ensino nessas escolas iria ser afectado.

Deu conhecimento de que, nessa altura, se começaram a aperceber de pedidos de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

transferência desses alunos para a escola sede e que se esta situação não fosse estancada passariam a ter “elefantes brancos” no Ervedal da Beira, Lagares da Beira e Ponte das Três Entradas.

Afirmou que com esta preocupação, o Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital, decidiu falar com a Câmara Municipal no sentido de se introduzir algum mecanismo que estancasse a saída dos alunos das escolas das suas áreas de residência.

Esclareceu que a Câmara Municipal mostrou, sempre, uma sensibilidade para ajudar o Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital nesta situação tendo conseguido através da medida que o Sr. Presidente da Câmara Municipal atrás referiu.

Por fim, solicitou que, posteriormente, se pudesse falar em alguns alunos que têm problemas disciplinares e que tendo em conta a opinião dos técnicos estes deveriam ir para as escolas da periferia por serem escolas mais calmas e onde estariam mais protegidos, isto é, equacionar a possibilidade de acionar o transporte escolar de Oliveira do Hospital para algumas escolas da periferia.

Para terminar o assunto dos transportes escolares, a Sra. Vereadora da Educação esclareceu que por sugestão do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital e, pelos motivos expostos pelo Prof. Carlos Carvalheira, a Câmara Municipal levou esta medida ao Conselho Municipal de Educação e a reunião de Câmara Municipal e deu conhecimento, por escrito, a todas as escolas para que no ato das matrículas os encarregados de educação tivessem conhecimento desta medida.

Salvaguardou, que a deliberação de Câmara Municipal não foi taxativa, nessa deliberação ficou salvaguardada a análise de casos excepcionais devidamente fundamentados pelos encarregados de educação ou pelo Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital.

Clarificou que nesses casos há e houve sempre, por parte do Executivo, uma grande sensibilidade e que tem feito chegar à reunião de Câmara Municipal um conjunto de situações que são analisadas caso a caso através de uma informação realizada pelas técnicas do gabinete de ação social.

Por fim esclareceu que essas situações foram as seguintes: alunos encaminhados pela CPCJ, alunos com carências económicas e de alunos que estivessem a frequentar já



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

o ciclo de ensino, isto é, não estarem a iniciar um novo ciclo de ensino no presente ano letivo.

Em seguida, passou-se ao ponto quatro da ordem de trabalhos – Proposta de atividades e de políticas de educação – onde a Sra. Vereadora de Educação apresentou a tabela que se anexa e fica a fazer parte integrante desta ata (anexo VI).

A pedido da Sra. Vereadora da Educação entrou o Dr. António Rochette para se passar de imediato ao ponto cinco da ordem de trabalhos – Projeto Educativo Local.

Entretanto, o Dr. Rigoberto Correia pediu a palavra para dizer, qua na sua opinião, o tema a ser tratado é muito relevante e importante para o número de conselheiros que se encontravam no momento e que proponha que se marcasse outro Conselho Municipal de Educação para a sua discussão.

O Dr. António Rochette informou aos presentes que estava preparado para fazer a apresentação dos documentos mas que reconhece que face ao adiantado da hora e atendendo que iria apresentar um conjunto de problemas que devem ser discutidos pelos conselheiros e que essa discussão certamente levará algum tempo, talvez fosse melhor agendar, posteriormente, uma reunião para esse efeito.

Acrescentou, que estará disponível para fazer a referida apresentação na primeira semana de janeiro do ano de dois mil e quinze.

Pelo exposto, e tendo em atenção que alguns dos elementos do Conselho Municipal de Educação já se tinham ausentado, ficou decido que seria agendado um Conselho Municipal Extraordinário para dia sete de janeiro de dois mil e quinze e que o mesmo teria a seguinte ordem de trabalhos:

PEL – Projeto Educativo Local:

a) Enquadramento Demográfico e Socioeconómico do Município de Oliveira do Hospital;

b) Revisão da Carta Educativa do Município de Oliveira do Hospital.

Em seguida, o Dr. António Rochette apresentou um documento com o ponto de situação do PEL que se anexa e fica a fazer parte integrante desta ata (anexo VII).

Seguidamente, passou-se ao ponto seis da ordem de trabalhos – Outros assuntos – e como não houve intervenções, pelas dezoito horas e dois minutos, a Sra. Vereadora da Educação agradeceu a presença de todos e deu por concluída a reunião, da qual se



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Sra. Vereadora da Educação, Maria da Graça Brito da Silva e por mim que a secretariei.

Oliveira do Hospital, aos vinte e oito dias de novembro do ano de dois mil e catorze

Prof.^a Maria da Graça Brito da Silva

Rosa Adriana Mendes de Jesus